

URBANIDADES NO RURAL: o devir de novas territorialidades

URBANITIES ON RURAL AREAS: the becoming of new territorialities

João Rua

Professor-Adjunto do Departamento de Geografia da UERJ
Professor-Assistente do Departamento de Geografia da PUC-Rio.
E-mail: joaorua@vetor.com.br

Resumo

Neste trabalho pretende-se contribuir para o debate travado por alguns dos principais autores da teoria social crítica, que focalizam o tema das interações entre o urbano e o rural. Os elementos obtidos nas principais abordagens, sugerem que uma outra dialética pode conduzir-nos à idéia de “urbanidades no rural”, considerando-as como manifestações de territórios híbridos, nos quais urbano e rural interagem.

Palavras-chave: rural – novas ruralidades – urbanidades no rural – território.

Abstract

This work intends to contribute to the debate performed by some of the most important authors of the critical social theory that focus on the theme of rural-urban interactions. The elements obtained in main approaches suggest that an other dialectic may lead to the idea of “urbanities on rural areas” considering this ones as manifestations of hybrid territories, in which the urban and rural intertwine.

Key-words: rural – new ruralities – urbanities on rural areas – territory.

Urbanidades no rural: uma necessária reflexão inicial

Compreender o rural como parte da espacialidade do capitalismo contemporâneo remete-nos a observar as relações de poder, o exercício da hegemonia e a dialética entre igualização e diferenciação como tendências contraditórias manifestadas nas interações espaciais rural-urbano.

As relações de poder e o exercício da hegemonia têm se manifestado, em seus aspectos econômicos, políticos, culturais e simbólicos. Cidade e campo, urbano e rural, vêm sendo percebidos como polaridades, nas quais a assimetria de poder e hegemonia, e as representações daí resultantes, nos últimos séculos na Europa, e, no Brasil, principalmente depois da Revolução de 1930 (e da legislação daí resultante), têm mantido a cidade (e o urbano) como dominante na polarização que exerce, acentuando uma dicotomia que só, nas últimas décadas, vem sendo alterada pelas novas lógicas da acumulação capitalista. O campo (e o rural) vem sendo percebido, já há algum tempo, como mercadoria (terra-mercadoria), capaz de gerar, graças ao trabalho, outras mercadorias, além das rendas obtidas pela especulação. Atualmente, a essas condições já tradicionais, são incorporados novos papéis, integrados a um movimento de ressignificação do rural, em que a natureza e as “atratividades” do campo, tornam-se mercadorias valiosas. Não se trata apenas da terra ou do trabalho a ela incorporado. Trata-se de novos atributos, muitas vezes imateriais, em que valores ligados à natureza, à paisagem, à exploração do trabalho em áreas rurais, obrigam-nos a repensar a própria teoria da renda da terra. O capitalismo recria um rural, capaz de, participante de lógicas complexas, integrar-se, desigualmente, às múltiplas escalas que marcam as interações espaciais do mundo atual. Esse processo de integração afeta, sobremaneira, a (re)construção ou a manutenção da identidade social do agricultor e os rebatimentos territoriais desse processo. É às novas territorialidades, resultantes das interações urbano-rural e às identidades que a elas se integram, que dedicaremos este ensaio. Nosso objetivo central é definir e analisar tais interações que denominaremos “urbanidades no rural”. Com isso, procura-se compreender as intrincadas formas de produção do espaço rural, manifestadas em territorialidades híbridas –urbanidades no rural- integradas à lógica geral do desenvolvimento do capitalismo, tomando como base empírica parte da região Serrana Fluminense que será apenas referida.

Mencionar a recriação do rural pelo capitalismo e as relações cidade-campo que daí decorrem, é falar de um tempo histórico amplo em que a “derrota” dos antigos regimes na Europa (feudalismo) e, mais recentemente, no Brasil (escravismo) permitiu o processo de construção da hegemonia burguesa e deslocou o centro do poder do campo para a cidade e da agricultura para a indústria.

Como escreve Moreira (2003, p. 115):

A burguesia industrial e urbana projetou visões de rural, de campo e de agrícola. Na modernidade o rural foi apresentado na cultura e na política pelas oposições cidade-campo, tradicional-moderno, incivilizado-civilizado, não-tecnificado-tecnificado. O rural-agrícola da modernidade – construído no caldo cultural, político e econômico das revoluções científica, burguesa e industrial – foi concebido como sujeito dos domínios da natureza e da tradição. Constituiu-se como um rural a ser transformado, seja pelos processos civilizatórios burgueses, seja pelos processos de modernizações, dentre os quais os de tecnificação e os da lógica e racionalidade dos mercados.

Esse “discurso dominante” traduz-se em uma diversidade de discursos que, de acordo com o momento histórico, vão mostrar suas contradições ao explicitarem suas representações do espaço rural, nosso objeto de interesse imediato. A essa diversidade deve ser acrescida uma outra: a das variadas formas de resistência que, em significativos movimentos sociais, reivindicam outras representações do rural.

Tal diversidade de discursos fica evidenciada, por exemplo, na política governamental brasileira (mas não restrita a ela) ao instituir ministérios distintos para a agricultura e para o desenvolvimento agrário. Não é necessário lembrar a importância que tem sido atribuída, tão desigualmente, a esses ministérios. O primeiro sendo politicamente e economicamente uma das sustentações do governo. O segundo mantém-se relevante politicamente, graças aos movimentos sociais no campo mas, economicamente, é apenas objeto de políticas compensatórias que podem atuar, até mesmo, como retardadoras do projeto de reforma agrária, que, em princípio, justificaria sua existência.

Assim, na política oficial brasileira o rural tem sido percebido como agrícola (ligado apenas à produção); a agricultura de exportação tem sido privilegiada, enquanto a agricultura de mercado interno foi chamada de “agricultura de subsistência” e considerados os pequenos agricultores (proprietários ou não) como incapazes de acompanhar o progresso técnico, econômico e social.

Recorremos, mais uma vez a Moreira (2003, p. 130), que escreve:

As benesses da política agrícola, como foi o caso do crédito agrícola altamente subsidiado da Revolução Verde, foram dirigidas para as próprias elites do mundo rural, transformando latifundiários em empresas capitalistas, implantando os setores internacionalizados de produção de máquinas, equipamentos e insumos, e centralizando e modernizando o aparato agroindustrial, em resumo, constituindo o moderno agrobusiness brasileiro.

Como já escrevemos em Rua (2005, p. 48), o Estado, ao viabilizar os complexos agroindustriais e favorecer o empresariado rural em detrimento dos produtores familiares camponeses, tem mantido os velhos pactos entre os setores do bloco hegemônico, contando sempre com a resistência, algumas vezes manifestada com violência, desses camponeses que desenvolvem estratégias de sobrevivência particulares ou coletivas, quando integrados a movimentos sociais rurais (embora não exclusivamente com contingentes rurais) como o MST, o de maior expressão até o momento.

Prosseguimos em Rua (2005, p. 48), lembrando o caráter contraditório do capitalismo que se manifesta, mais uma vez, ao não prescindir de manter (e muitas vezes ampliar) relações não-capitalistas de produção, como demonstra Oliveira (1991 e 2001). Esses produtores familiares camponeses estão integrados diretamente à produção capitalista, seja como não-proprietários, seja como proprietários. A integração desses produtores aos complexos agroindustriais e aos mercados tem sido viabilizada, pelos créditos bancários, difusão tecnológica e ampliação da circulação de bens de produção industriais para a agricultura. Assim, percebe-se, que o trabalho familiar persiste no interior da sociedade capitalista e que terá sua dinâmica e reprodução determinadas pela lógica de tal sociedade, de maneira muito diferenciada. Por vezes, tal tipo de relação social, se mantém e até se fortalece. Em outras, pode, até mesmo, desaparecer concretamente, permanecendo no imaginário social como um “mito” ou como base para reivindicações políticas.

As mudanças no modelo produtivo e organizacional no campo compõem transformações mais amplas na sociedade brasileira (por sua vez integradas a alterações sentidas em escala global) que marcam as últimas duas décadas. Define-se uma lógica capitalista em que novas representações do espaço emergem e vão ser difundidas como “um novo rural”. Na verdade são novas imagens, novos sentidos para o espaço rural que mantêm a visão produtivista, até agora dominante, mas que se traduzem em novos qualificativos para outras relações entre o espaço urbano e o rural e entre a cidade e o campo. Estas novas relações remetem para uma outra conceituação de urbano e rural, mas também de agrícola. Rural torna-se, cada vez mais, diferente de agrícola. Ao mesmo tempo, distingue-se cidade e urbano explicitando a crescente complexidade que

marca tais relações. Rural e urbano fundem-se mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades.

Como evidência disso, atualmente, como, aliás, no início do processo de industrialização, a indústria, muitas vezes, “ruraliza-se”, Hoje em dia, os serviços se estendem ao campo reforçando aquilo que chamaremos de “urbanidades no rural” aceleradas pela industrialização do (e no) campo e da própria agricultura. O modo de produção capitalista recria o campo. Há um movimento de expansão física e de expansão “ideológica” dos padrões urbanos que vão caracterizar o que alguns denominam “novo rural” que, cada vez mais, se distancia do predominantemente agrícola. Desaparece o tradicional corte rural/urbano; a pluriatividade, que mescla atividades não-agrícolas (a maioria de “caráter” urbano) e agrícolas no espaço rural; a diminuição do tempo necessário para o trabalho agrícola (mecanização etc), que podem levar o agricultor à dedicação parcial à agricultura, podendo incorporar outras fontes de renda ao orçamento familiar; políticas de redução das áreas cultivadas, onde tecnologias são incorporadas - área menor com mais produtividade; novas atividades surgem no campo, antes exclusivas da cidade; a localização de fábricas no campo: a difusão de trabalho industrial no campo (trabalho a domicílio); a unidade familiar tornando-se cada vez mais distinta da unidade de produção e marcando o momento presente do mercado de trabalho rural. Procura-se cada vez mais trabalhar fora da unidade produtiva, quando membros da família dedicam-se à prestação de serviços (tratorista, turmeiro, frentista, comerciário, bancário, veterinário, piloto agrícola etc); estabelece-se uma estratégia de não-fragmentação da terra, aceita por alguns membros da família, em troca de outras vantagens (estudo, liberação para trabalhar na cidade, por exemplo). Essa caracterização da chamada pluriatividade marca uma nova relação com a terra. Define, ainda, uma estratégia de resistência para permitir à família nela permanecer. Graças à pluriatividade, as funções familiares, ultrapassam em muito aquelas abarcadas pela produção, permitindo alternativas à família para gerir um projeto coletivo de incorporação de gerações. Para nós, a pluriatividade já se integra a uma série de “urbanidades no rural”.

Alguns autores analisam a pluriatividade¹ correspondendo a um processo gradual cujo desfecho seria o abandono das atividades agrícolas – ou a perda relativa de sua importância para a reprodução das famílias – e a passagem, também gradual, do meio

rural para o meio urbano. Do ponto de vista de Wanderley (2003, p. 52), tal desfecho não é inexorável e o processo pode ser entendido com sentido inverso: a pluriatividade seria, neste caso, uma estratégia da família, com a finalidade de - diversificando suas atividades fora do estabelecimento – assegurar a reprodução deste e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família.

Os autores clássicos viam o assalariamento exterior à unidade familiar como indício da proletarização, mas era exatamente o contrário. Para fugir à proletarização é que a família, ou parte dela, trabalhava fora.

Tudo isto leva-nos a pensar o rural integrado às transformações do momento atual de (re)organização do espaço pelo capitalismo. O rural permanece como tal, mas recriado e integrado a novas lógicas.

Moreira (2003, p. 132), sintetiza bem esse processo de recriação do rural, com base na pluriatividade e na perspectiva de uma multifuncionalidade do território (defesa dos patrimônios naturais e culturais), referindo-se ao Brasil, quando escreve:

Esse (novo mundo rural) passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo das atividades, mas como lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais. Redes sociais as mais variadas que no processo de revalorização do mundo rural, envolvem a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura familiar), bem como o fortalecimento dos turismos rurais (ecológico e cultural).

Lembra, ainda, o autor, que ocorre uma valorização da cultura local e a dinamização de agroindústrias associativas de agricultores familiares. Esses processos de revalorização do mundo rural, ressignificando-o (quando se trata de signos herdados, ou produzindo novos signos), consolidam atividades rurais e urbanas em áreas interioranas. Essas ressignificações têm influído nas representações que marcam o rural, sendo, por elas, também, afetadas provocando a necessária revisão conceitual de “rural” e “urbano” procurando incorporar as lógicas atuais que marcam o espaço, como um todo. É importante, desde já, deixar claro que não concordamos com o tom otimista que marca a maioria dos discursos sobre o “novo rural”. A integração à lógica do mercado coloca novos desafios aos agricultores (aos quais nem todos podem fazer face), fortalecendo polarizações sociais e produzindo desigualdades cada vez mais marcantes.

Se há um movimento de unificação urbano-rural pela lógica capitalista, como acreditamos, com um certo sentido de equalização do espaço, há, por outro lado, muitas manifestações de resistência a essa equalização pretensamente homogeneizadora, que se traduzem por estratégias de sobrevivência das famílias rurais, principalmente daquelas mais pobres e/ou empobrecidas no movimento de integração acima referido., quando buscam manter ou (re)construir suas identidades territoriais. Isto nos coloca frente a um complexo processo de heterogeneização do espaço, integrada à lógica desigualizadora do desenvolvimento do capitalismo, na qual interagem dimensões econômicas, políticas, culturais e simbólicas. Tentar compreender este intrincado processo de “criação de identidades territoriais”, não como um “novo rural”, mas como novas territorialidades, híbridas, mistas de “urbano” e “rural”, em que novas geografias são identificadas, faz com que insistamos na discussão desta temática, como temos feito em textos anteriores (RUA, 2002a, 2002b e 2005) onde defendemos a idéia de “urbanidades no rural”, que retomaremos mais à frente.

Devemos propor um outro modo de ver a realidade, oposto àquele fundado em dois pólos distintos – rural e urbano, retomando a idéia de um espaço híbrido, isto é, um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações (variando em cada momento histórico), definição, para espaço, consagrada por Milton Santos. Essa idéia de híbrido, buscada em Bruno Latour (1994), referindo-se às relações sociedade-natureza, pode ser apropriada por nós ao recorrermos a Santos (1996, p. 82) quando define o espaço como um híbrido e escreve que “a sua existência geográfica (dos objetos) é dada pelas relações sociais a que o objeto se subordina, e que determinam as relações técnicas ou de vizinhança mantidas com outros objetos”. Ao lembrar que a noção de forma-conteúdo é, em geografia, o correlato dessa idéia de mistos ou híbridos, esse autor, auxilia-nos a rever o rural (em sua multiplicidade) como uma variedade de híbridos, em que a “pureza” da distinção com relação ao urbano, se algum dia existiu, não se percebe atualmente.

Outro autor que trabalha com a idéia de geografias híbridas, ao nos apresentar a perspectiva de pensar o “natural” a partir de uma Geografia Humana que abranja o natural, isto é, repensando o Humano, dentro da própria Geografia Humana, é Sarah Whatmore (1999). A natureza (e o rural, em nossa leitura) será analisada como produto da interpretação humana, ao tentarmos romper com o modo binário de pensar o “social” e

o “natural” (para nós, o “urbano” e o “rural”) em oposição. Para a autora supracitada as imaginações geográficas têm sido marcadas por essa oposição entre o “espaço construído” (o pólo social) e os “meios naturais” (o pólo natural) com hierarquias de estabelecimentos humanos marcando gradações inversas de presença/ausência do social/natural (em nossa leitura particular, “urbano” e “rural”).

Haesbaert (2005, p. 5), sintetiza que “hibridação implicaria, a princípio, também, em territórios múltiplos, territórios híbridos” ou, em seguida, quando escreve que “o mais comum é que as pessoas e os grupos sociais desenvolvam, concomitantemente, vínculos identitários com mais de um território ou com territórios de características muito mais híbridas, multiterritorializando-se”.

Podemos dizer que a produção de um rural híbrido transcende as condições materiais e os processos que lhes dão origem. Tal origem está também relacionada à produção de discursos sobre o rural e de poderosas imagens e símbolos, através dos quais o rural é representado como o “outro”, em relação ao urbano. Isto implica em múltiplas narrativas que relacionam as práticas materiais, representacionais e simbólicas, cada uma apresentando características particulares que internalizam relações dialéticas. O hibridismo re-apresenta um processo de produção de espaços, feitos territórios, em um movimento de vir-a-ser e de perpétua transgressão (criação).

Em Rua (2002a e 2005) desenvolvemos uma discussão apoiados nas principais posições a respeito das relações urbano-rural e cidade-campo, procurando elucidar os cenários que, para diversos autores se apresentavam, ao elaborarem a análise desses conjuntos sócio-espaciais. Ocupamo-nos, tão somente, daqueles que se balizavam ‘por uma visão crítica da sociedade capitalista, naquilo que se refere às relações cidade-campo, num diálogo em que se explicitam diferentes leituras. Tentaremos sintetizar algumas das posições que tomaremos como referência para refutação ou incorporação.

Não acreditamos que haja limites rígidos (todos os autores se inspiram, mais ou menos explicitamente, na teoria social crítica) e o que buscaremos é uma abordagem mais plural com relação àquelas que os rótulos representam. Na verdade percebemos que são ênfases, e não antagonismos, teóricos. Uns autores enfatizam o urbano como pólo das relações cidade-campo, muitas vezes vendo a urbanização como destino final do espaço; outros enfatizam o rural, mantendo suas especificidades, e resistindo ao poder hegemônico do urbano; alguns fazem uma abordagem mais territorial que outros;

poucos percebem o território como algo mais do que os recortes político-administrativos. Nós tentamos uma visão mais integradora das territorialidades em que o urbano e o rural se mesclam definindo particularidades e singularidades que marcam cada localidade. Em Rua (2002a) sugerimos duas “vertentes analíticas” que retomaremos aqui muito simplificada. Ao chamá-las de “vertentes analíticas”, temos claro que enfatizamos, em alguns casos, por demais, as diferenças. Entretanto as nuances de posicionamento dos autores tornam-se significativas para a análise de uma temática tão complexa.

Em linhas gerais, muito resumidamente, podemos apresentar essas duas “vertentes”, da seguinte maneira:

A primeira parece trabalhar com a idéia de “urbanização do rural”, em que o rural desaparecerá e se tornará urbano, isto num reducionismo muito simplificador. Essa idéia tem permeado, com maior ou menor intensidade, as análises da maioria dos autores da chamada teoria social crítica, numa abordagem mais “clássica”.

Tal visão do rural tem atravessado a maioria das análises até hoje efetuadas, inclusive aquelas oriundas de Marx que, ao estudar as relações cidade-campo não escapou da visão urbanocêntrica que dá primazia à cidade em sua luta contra o campo e corroborou uma imagem retrógrada do campo constituindo-o como o “outro” da cidade (BOTELHO, 2005, p.146)². Compreende-se tal visão quando contextualizada historicamente (o que não significa que permaneça cristalizada – não dando relevo às mudanças apresentadas pelas formas capitalistas de produção - como na análise de muitos marxistas). Lembra-nos, o autor supracitado (p. 150) que, nas primeiras obras, Marx não tinha uma visão transitória do conflito entre campo e cidade, já que apontava para a superação dessa luta apenas quando da emancipação socialista. Como o caráter revolucionário concentrava-se no proletariado urbano, era nele que residia a possibilidade de transformação da sociedade. Esta visão dicotômica, que não foi atenuada em suas obras mais tardias, tem influenciado a maioria dos autores dessa primeira “vertente analítica”.

A “urbanização do rural” pode ser relacionada à idéia de *continuum*, em que haveria graus distintos de urbanização do território. A visão desses autores é marcada por uma certa teleologia em que, para alguns, o destino inexorável do rural é desaparecer, tornando-se urbano.

Essa primeira “vertente” parece juntar Ianni (1996), Graziano da Silva (1999), Santos (1993 e 1996) e Lefébvre (1986, 1999a, 1999b e 2001), como exemplo de uma certa leitura das formulações marxianas e marxistas, a respeito das relações cidade-campo. Embora com diferenças significativas nas suas posições, decidimos colocá-los juntos na linha denominada “abordagem clássica”.

É, parcialmente, na concepção de urbano demonstrada por Lefébvre em suas várias obras, que baseamos a nossa concepção de “urbanidades no rural”, que explicitaremos mais à frente. É, também, com a idéia de sociedade urbana como devir, como possível e virtual, que trabalharemos para perceber a “urbanização da sociedade”, em que o urbano ultrapassa a cidade e se instala na escala do território, como nos apresenta Santos (1993).

Estes serão importantes (não únicos) balizamentos de nossa análise, incorporando a necessária escalaridade à análise lefevriana. Se bem que não concordemos totalmente com a visão do autor a respeito da “urbanização inevitável” e da ampliação da oposição urbanidade-ruralidade em lugar do seu desaparecimento (LEFEBRE, 2001, p. 69), será com Lefébvre, dentre os autores desta “vertente analítica” que mais dialogaremos, ao longo do trabalho, ao discutirmos qual o caráter dessa “urbanização” e em que escalas se manifesta no território.

Para nós, há uma escala da urbanização que abrange todo o território, remetendo-nos a Santos e Lefébvre, mas também existem outras escalas, em que acontecimentos locais, fruto de leituras particulares onde as interações local/global, interno/externo, urbano/rural, terão de ser contempladas nas análises a serem efetuadas, como demonstramos em Rua (2005a) ao defender uma “vertente analítica” que incorpore território e escala.

Esta percepção da necessidade de uma abordagem multiescalar é que nos fez recorrer a autores de uma segunda “vertente analítica”, com a qual mais nos identificamos e à qual denominamos “urbanização no rural”, que pleiteia a manutenção de especificidades no espaço rural, mesmo quando impactado pela força do urbano.

Desta “vertente” vamos destacar um grupo de autores que, mesmo com enorme diversidade, defende uma necessária ênfase no rural, concentrada na idéia de “novas ruralidades”. São eles: Maria José Carneiro, Roberto José Moreira, José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay e Sérgio Schneider.

A posição desses autores (particularmente os dois primeiros) interessa-nos por admitirem a possibilidade da convivência, num mesmo espaço, da cultura rural com a cultura urbana, o que reforça a nossa defesa da idéia da presença das “urbanidades no rural”, como veremos.

Pode-se dizer que, para Carneiro (1998) e Moreira (1999, 2003, 2005), rural e urbano correspondem a representações sociais alteradas, re-elaboradas (ressignificadas, como prefere Moreira), consoante o universo simbólico a que estejam referidas.

Já a posição de Schneider (1995, 2003) auxilia-nos nas restrições efetuadas às abordagens de Abramovay (2000, 2001) (mesmo considerando-o como fundamental para nossa discussão) e Veiga (2001, 2004), por se basearem em estudos normativos – a classificação da OCDE.

Estes dois últimos autores diferem de Carneiro (1998), Moreira (1999, 2003 e 2005) e Schneider (2004), por terem uma visão mais economicista e se basearem numa perspectiva territorial mais restritiva limitada por fronteiras administrativas (obviamente trabalhando com limites ligados à dominação e/ou apropriação de uma parcela do espaço). Veiga e Abramovay, ao estabelecerem o modelo da OCDE³ como parâmetro para se pensar o rural no Brasil, enfatizam demasiadamente a dimensão político-administrativa (normativa), em detrimento de outras dimensões (simbólica, cultural, natural) exigidas para uma análise mais integradora do território.

Abramovay (2000, p. 7) explicita a idéia de que um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. Mesmo apresentando uma visão de território menos “fechada” (limitante) do que a de Veiga, ainda assim, em suas medidas de ruralidades, volta-se para o modelo da OCDE que criou uma nova delimitação das fronteiras entre o urbano e o rural com base em indicadores que permitiriam compreender as disparidades entre diferentes situações territoriais.

Pensamos que utilizar modelos aplicados em países desenvolvidos para realidades tão diversas como a brasileira, em geral, e a fluminense em particular pode levar-nos a conclusões equivocadas. Afinal, em que país central, com as dimensões territoriais do estado do Rio de Janeiro, existe tamanha macrocefalia metropolitana, com um peso político, econômico, demográfico, cultural tão concentrado numa única cidade, como

evidenciamos em Rúa (2005). No estado do Rio de Janeiro observa-se uma verdadeira metropolização do espaço que imprime ao território características antes exclusivas da região metropolitana, fazendo com que não só as práticas sociais, mas, inclusive as identidades dos lugares, fiquem sujeitas aos códigos da metrópole, como bem escreve Lencioni (2003, apud Rúa, 2005, p. 53). Mais de 95% da população do estado do Rio de Janeiro é considerada, estatisticamente, urbana e, destes, 76% residem na Área Metropolitana (mesmo tendo reduzido ligeiramente essa participação), o que marca, em nosso estado, forte imbricação do “urbano” e do “rural”, facilitada pela mais densa rede rodoviária do país (GARCIA, 1998, p. 87). A enorme macrocefalia exercida pela AMRJ, demonstrada por Ribeiro (2002, p. 16), quando lembra que dos dez municípios mais populosos do estado do Rio de Janeiro, sete estão na Área Metropolitana, já nos faria relativizar a aplicação dos indicadores da OCDE em nosso estado. Falar em maior ou menor densidade demográfica para definir o rural e o urbano, parece insuficiente quando se está diante de tão intensa metropolização, que alcança todo o estado, e o ultrapassa.

Aspecto mais importante ainda é o risco que se corre ao distinguir estatisticamente urbano e rural, como se faz no Brasil, desde 1938, com a definição oficial do que é urbano. Rural é tudo o que não é urbano. As prefeituras, em busca de mais tributos arrecadados, têm todo o interesse em criar “espaços urbanos”⁴. Ao IBGE cabe acatar tais definições, mesmo que, de há muito, tente formular outras demarcações. Ao enfatizar-se as definições estatísticas corre-se o risco de obscurecer o movimento contraditório que marca as interações espaciais na atual fase de unificação diferenciadora do espaço do capital. Reconhecemos, entretanto, que é necessário buscar formas de analisar o real e, para isso, utilizar os instrumentos disponíveis, mas com muito cuidado.

Embora fortemente influenciados pela tese da urbanização da sociedade - do rural (ideológica, cultural, extensiva), integrada à lógica capitalista, numa aproximação com Léfèbvre, reconhecemos que os autores referidos na segunda “vertente” analítica têm razão ao chamar atenção para a diversidade desse processo e para a reapropriação de elementos da cultura local pelo urbano.

Em busca de uma perspectiva multiescalar das relações cidade-campo: urbanidades no rural.

Como variante desta segunda “vertente analítica” – urbanização no rural - colocamo-nos em Rua (2002a) com a noção de “urbanidades no rural”. Retomaremos, daqui em diante, alguns elementos da argumentação utilizada, também em Rua (2005), em favor dessa variante por nós desenvolvida.

Os dois alinhamentos teóricos discutidos anteriormente apresentam análises parciais pois, cada um, isoladamente, não dá conta da complexidade que marca o rural de hoje, participante das múltiplas escalas da ação social. É por isso que tentaremos apresentar algumas idéias integradoras, em que os, aparentemente contraditórios, dialoguem, bem à maneira de Morin (2000). Território e escala serão ferramentas preciosas para re-apresentar a complexidade das interações urbano-rurais que marcam as transformações pelas quais passa o rural nos dias atuais. A essas transformações denominamos de “urbanidades no rural”.

Mas, em que difere o viés das urbanidades no rural em relação à vertente analítica centrada na idéia de urbanização no rural, com a qual mais se identifica, mesmo utilizando uma abordagem lefevriana derivada da outra vertente?

Em primeiro lugar, ao enfatizar as especificidades do rural, ou “novas ruralidades”, como boa parte dos autores deste grupo anuncia, pensamos que a ênfase no rural não pode ser exagerada. O urbano parece-nos realmente dominante, na relação assimétrica entre urbano e rural e a maioria dos autores integrados a esta vertente não enfatiza este fato, fundamental na construção atual de territorialidades.

Em segundo lugar pensamos que são duas escalas de ação – uma mais ampla na qual uma urbanização difusa, ideológica e comportamental domina o espaço, e uma escala mais restrita que permite soluções (“leituras”) particulares dos movimentos mais gerais, processados localmente (sem enfatizar demasiadamente o poder da ação local).

Um terceiro aspecto de distinção diz respeito às múltiplas territorialidades vivenciadas pelos diferentes atores sociais (e produzidas por eles), juntamente com as diferentes escalaridades da ação, marcando o surgimento de espaços híbridos, inovadores, fruto da interação entre o urbano e o rural, como já vimos.

As “urbanidades” decorrentes dessa interação, não serão apenas novas ruralidades, e sim, o urbano presente no campo, sem que cada espacialidade perca suas marcas. Logo o espaço híbrido que resulta dessas interações, não é um urbano ruralizado nem um rural urbanizado. É algo novo, ainda por definir e que desafia os pesquisadores, tanto nos países da OCDE (onde muitos criticam os critérios atualmente adotados) quanto em países como o Brasil, onde se luta para ultrapassar a concepção oficial de que rural é tudo que não é urbano.

A ressignificação do rural, através da idéia de “urbanidades no rural” inclui uma série de representações que re-apresentam este espaço como um “outro rural”. Este, concebido, primordialmente, na cidade, como uma nova mercadoria, comporta a face “natural” da natureza e porta uma virtualidade, que se torna real. Virtual e real se confundem nas recriações que as novas representações do rural carregam. Essa “virtualidade” integra aspectos da virtualidade lefevriana, do vir-a-ser da sociedade urbana, mas realiza-se, concretamente, na hibridez que marca o rural, em geral, e o fluminense em particular. O valor de uso está submetido ao valor de troca como essência da reprodução do capital numa sociedade de consumo. O rural se vê consumido como virtual antes mesmo de se tornar mercadoria, incorporado aos diferentes discursos políticos (mas, também, midiáticos), ou como referência cultural, para a sociedade como um todo.

Por outro lado, percebe-se que a ressignificação do rural não é fruto apenas de criações urbanas, mas também das leituras particulares por parte dos habitantes das áreas rurais, conformando um caráter híbrido ao território e às identidades criadas com componentes “rurais” e “urbanos”, usados, estrategicamente, como discursos e reivindicações predominantes, de acordo com o momento vivido pelos agentes sociais locais, em que situações de inferiorização (frente aos urbanos) e de reivindicação de direitos convivem nos relatos obtidos na pesquisa. Mais uma vez ficou evidente o caráter híbrido das identidades territoriais construídas, principalmente naquelas áreas de maior adensamento de “urbanidades” como em algumas áreas da região Serrana Fluminense, que estudamos mais detalhadamente como empiria desta análise.

Mesmo dando destaque às dimensões cultural e simbólica, não se pode deixar de lembrar que o que se observa é uma permanente recriação do capitalismo, nunca restrito à dimensão econômica, mas contemplando as múltiplas dimensões das relações sociais.

Uma espécie de volta sobre si mesmo, revalorizando espaços que já estavam dentro da lógica capitalista e, desigualmente, voltam a se ver como mercadorias valiosas num movimento de tendências contraditórias para a igualização e para a diferenciação, como nos elucidou Smith (1988, p. 149) ao falar da produção capitalista do espaço.

Harvey (2000) também percebe o capitalismo como inerentemente contraditório e que se recria graças tanto à lógica da expansão e da mobilidade como pela da fixidez ao construir infraestruturas que facilitem sua acumulação.

Esse autor (2000, p. 54), escreve que o capitalismo não pode sobreviver sem suas “âncoras” espaciais. O capitalismo tem-se voltado freqüentemente para a reorganização geográfica (tanto em forma de expansão ou de intensificação) como solução parcial para suas crises e seus impasses; que constrói e reconstrói uma geografia à sua própria imagem. Constrói uma paisagem geográfica distintiva, um espaço produzido de transporte e comunicações, de infraestruturas e organizações territoriais, o que facilita a acumulação do capital durante uma fase de sua história, apenas para ter de ser destruído e reconfigurado a fim de abrir caminhos para uma acumulação ampliada numa fase posterior.

Mas enunciar que o capitalismo se desenvolve desigualmente pode dizer muito pouco a respeito da escala em que se dá tal desenvolvimento desigual. Por isso é necessária uma busca da compreensão desse processo a partir de realidades concretas e em escalas definidas, como em nossa pesquisa sobre o rural no estado do Rio de Janeiro.

Ao falar de ressignificação do rural e de recriação pelo capitalismo queremos refletir sobre as múltiplas formas de reconstrução desse espaço em termos materiais e imateriais/simbólicos em que fixos da fase anterior são destruídos ou refuncionalizados para viabilizar reterritorializações permanentemente refeitas.

Em Rua (2005) recorremos a Haesbaert (1997, p. 42), para conceituar território. Aqui rerepresentamos tal definição por parecer-nos condizente com a realidade estudada. Para esse autor

O território envolve sempre, ao mesmo tempo mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter

político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Aí, Haesbaert (1997), remete-nos às dimensões variadas que compõem aquele conceito. Dentre elas, selecionamos duas que nos pareceram mais significativas para um estudo sobre a identidade do rural. A primeira seria a simbólico-cultural, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre seu espaço e onde os geo-símbolos, que definem uma paisagem cultural, marcam a inscrição da cultura de um grupo sobre seu espaço. A segunda dimensão é a jurídico-política, bastante difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes visto como o poder político do Estado (HAESBAERT, 2001, p. 1770). Nos espaços rurais, estas duas dimensões, estão em constante conflito, manifestado na permanente intenção das prefeituras de “urbanizar” as áreas tidas como rurais, na perspectiva de maior arrecadação de IPTU.

Não podemos deixar de mencionar as dimensões econômica (que enfatiza as relações produtivas no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, em sua espacialidade) e a que se baseia nas relações sociedade-natureza (no que se refere ao desigual usufruto dos recursos naturais, mas, também numa série de símbolos e signos que marcam tal relação). Estas últimas merecem referência pelo fato de haver, nas pequenas localidades urbanas e nos territórios rurais da área em estudo, uma preocupação recente com o ambiente natural, num discurso ecologista de origem urbana (mas com intensas repercussões nas áreas rurais) a respeito da natureza “natural”, que vem sendo crescentemente apropriado como elemento de revalorização do rural/local.

O controle de um espaço (feito território), privilegiando um uso mais funcional ou mais simbólico, pelos atores que promovem tal uso, como vimos anteriormente, levamos a analisar tal vivência pelo viés das múltiplas territorialidades, seguindo Haesbaert (2004 e 2005), de quem retiramos muitas das idéias apresentadas a seguir. Tais atores podem vivenciar, embora de forma desigual, concomitantemente uma enorme gama de territórios. Alguns grupos, os mais privilegiados, usufruem de uma multiplicidade inédita de territórios, seja no sentido da sua sobreposição num mesmo local, seja de sua conexão em rede por vários pontos do mundo. É importante ressaltar, para não deturpar o pensamento do autor supracitado, que não se trata simplesmente da imbricação ou da

justaposição de múltiplos territórios que, mesmo recombinaados, mantêm sua individualidade mas, também, da capacidade de interagirmos à distância, influenciando e integrando outros territórios. Neste trabalho vamos considerar multiterritorialidade como a capacidade de usufruir de uma multiplicidade inédita de territórios, seja no sentido de sua sobreposição num mesmo local, seja de sua conexão em rede por vários pontos do mundo, sendo, assim, multiescalar. Isto para as classes mais privilegiadas (Haesbaert, 2004, p. 348) como veremos nos exemplos a seguir.

As inúmeras territorialidades experimentadas por um usineiro do Norte-Fluminense, com casa, empresa e terras na região, mas com residências (secundárias ou não) em Ipanema e em Paris, contrasta com a quase mono-territorialidade do cortador de cana da baixada campista ou do meeiro da Região Serrana, em suas vivências cotidianas limitadas. Nas localidades em que a presença de turistas (muitas vezes estrangeiros) e/ou veranistas é mais significativa, esse contraste é ainda maior, por conta do convívio social mais intenso entre esses atores. As alterações sofridas na territorialidade cotidiana de um agricultor da região Serrana são marcantes ao mudar seu calendário agrícola, por conta da época de turismo, ao alugar seu quintal para campistas ou sua casa por temporada, como ocorre em Sana, São Pedro da Serra e Lumiar. É preciso referir a vivência virtual das territorialidades “carregadas” pelos turistas, nos relatos efetuados por eles, nos hábitos diversos, tão contrastantes com os dos “locais”. O que se deseja reforçar é que o capitalismo tem encontrado novas forças de se transfigurar em múltiplas novas mercadorias – rural e natureza, em nossa exemplificação – e em criar outras formas de desigualização social e espacial, em que a possibilidade (ou não) de experimentar as múltiplas territorialidades se coloca como centro dessa desigualização.

Haesbaert (2004, p. 360) sintetiza bem esta situação, quando escreve que:

Assim, enquanto uma elite globalizada tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver, vivenciando efetivamente uma multiterritorialidade, outros, na base da pirâmide social, não têm sequer a opção do “primeiro” território, o território como abrigo, fundamento mínimo de sua reprodução física cotidiana

Outro aspecto que deve ser agora explicado é o que chamamos de vivência multiescalar e transescalar dos territórios. As múltiplas territorialidades são vividas em múltiplas escalas (mais amplas ou mais restritas). Distinguimos (precariamente) esses dois termos pensando relacionar a multiescalaridade à capacidade de vivenciar diversas

escalas sincrônica ou diacronicamente, enquanto a transescalaridade poderia relacionar-se à capacidade de “transitar”⁵ indiferenciadamente pelas diversas escalas. O primeiro termo poderia estar mais ligado aos indivíduos, socialmente diferenciados; o segundo termo poderia estar mais ligado às empresas e ao capital financeiro, como mercadoria maior da contemporaneidade, numa aproximação com Swyngedowun (1997, p. 159) quando se refere à “glocalização” da economia e dos níveis de governança.

Não se pode pensar o urbano e o rural, o local e o global, como polaridades, mas como interações assimétricas que não devem silenciar as intensas disputas sócio-espaciais que obrigam a permanentes reconfigurações das escalas de ação. O território “urbanizado”, numa escala mais ampla, em geral, está relacionado a espaços de dominação que impõem suas representações. Na escala local, essas representações também se fazem presentes nas relações assimétricas que aí, também, vigoram. Entretanto, é aí, que se processam os movimentos de resistência e de criação de alternativas e/ou estratégias de sobrevivência que podem se manifestar como releituras daqueles movimentos mais gerais que marcam o espaço contemporâneo. O local e o geral/global aparecem integrados pelas escalas da ação.

Em nossa pesquisa temos tentado ultrapassar o corte tradicional rural/urbano, e tomar por base as “novas territorialidades”, com usos estabelecidos pela ampla participação dos interessados – habitantes das áreas de estudo. A sociedade local pode (e deve) exercer, permanentemente, um diálogo com o território, e que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual, como preconiza Santos (2000, p. 26).

Esse diálogo assenta-se em intrincada gama de elementos que marcam um dado local. Podem ser de natureza interna e atrair e interagir com os fatores externos, numa combinação multiescalar que caracteriza cada lugar, de maneira singular. Tudo isto se processa em um movimento histórico que evidencia o dinamismo do espaço geográfico.

Retomando a Discussão

Assim confirmamos que há uma certa semelhança entre o que chamamos urbanidades no rural e as “novas ruralidades” da segunda vertente analítica que

destacamos anteriormente. Entretanto parece-nos que os autores que defendem esta perspectiva, além de enfatizar em demasia o rural frente ao urbano, não contemplam as múltiplas escalas da ação de criação territorial. É necessário lembrar que há uma escala ampla de urbanização ideológica, comportamental, difusa que alcança todo o território, bem à maneira de Léfèbvre e uma outra escala local onde tais criações ocorrem. A interação dessas duas escalas é que vai definir a qualidade de tal criação – um rural transformado como querem os autores dessa segunda vertente analítica, mas dando lugar a uma territorialidade nova (nem rural nem urbana) que ainda deve ser definida. Propomos a idéia de “urbanidades no rural” compreendendo que as especificidades do rural devem ser preservadas, inclusive como base para ações políticas necessárias – uma reforma agrária diversificada, capaz de contemplar a imensa diversidade de situações oriundas da hibridez que marca as áreas rurais de hoje – e que essa idéia pode auxiliar na análise das múltiplas territorialidades criadas por esse caráter híbrido que o espaço adquire.

Qualquer agente social procura desenvolver condições de controlar pessoas e objetos localizados em seu território, para com isso, efetivar projetos políticos, econômicos ou culturais. O território torna-se um importante instrumento da existência e reprodução do agente social que o criou e/ou o controla manifestando nessas ações as relações de poder e hegemonia que marcam as sociedades atuais.

Lembramos, que para nós, o termo “urbanidades” não tem o mesmo sentido de “urbanidade” usado, por exemplo, nas diversas obras de Marx e Lefèbvre ou por Levy (1999, p. 200), todos referindo-se a qualidades do urbano e, quase sempre, das cidades. Urbanidades no rural foi inspirado na obra de Poulle e Gorgeu (1997), sem respeito à sua concepção original – *urbanité rurale*.

O urbano de Léfèbvre não é resultado da ação de uma cidade específica sobre o espaço - ‘é um projeto societário, é um vir-a-ser que se constitui em um espaço-tempo renovado; topologia distinta do espaço-tempo agrário tradicional (cíclico, que justapõe as particularidades locais). Contrapõe-se, como diz o autor, ao espaço-tempo industrial, que ainda predomina, e que leva à homogeneidade. O urbano permite, em escalas diversas, a heterogeneidade – a heterotopia em que os lugares são relativos uns aos outros no conjunto urbano (LÉFÈBVRE, 1999, p. 45).

Portanto, não parece haver contradição entre essa visão do urbano como projeto (em que cada lugar e cada momento têm existência num conjunto, nele se distinguindo) ou como virtual e as escalas locais de análise, por isso nossa hesitação em arrolar o autor numa linha analítica específica, já que suas reflexões nos permitem integrar as escalas mais amplas às escalas mais locais.

Na escala mais ampla projeta-se aquilo que denominamos, neste trabalho, urbanização ideológica (difusa, comportamental ...), com tudo de impreciso que essa terminologia acarreta. Na escala local desenrola-se um movimento mais concreto, mensurável em certos aspectos. É aí que se percebe o caráter híbrido do território. Um rural que interage com o urbano, sem deixar de ser rural; transformado, não extinto. A hibridiz permanentemente evidencia a “criação local”, isto é, a capacidade dos atores locais de, influenciados pelo externo, de escala mais ampla, desenvolverem leituras particulares dessa influência e produzirem territorialidades particulares. Essas territorialidades, diferenciadamente vividas, podem traduzir-se em múltiplas territorialidades para alguns, e reduzida capacidade de experimentá-las, para a maioria, tornando-se, assim, mais um elemento desigualizador.

A interação entre a escala mais restrita, do lugar, e a mais ampla, da sociedade urbana, se dá, também, de maneira desigual e com caráter desigualizador. A possibilidade de vivenciar diversas escalas e de “transitar” entre elas, desconhecendo-lhes os limites, é desfrutada por poucos. A maioria das pessoas de um dado local, vive e experimenta escalas muito limitadas, em sua capacidade de ação, ao mesmo tempo em que interage em territorialidades restritas.

Portanto, fica claro, que a análise balizada por recortes administrativos torna-se bem menos significativa do que as abordagens normativas insistem em apresentar. A escala da ação torna-se, cada vez mais, um elemento definidor das interações espaciais, em nosso caso, das interações do rural com o urbano como tentamos demonstrar neste artigo.

Notas

1 - Schneider (2003, p. 91-92) define a pluriatividade como um fenômeno através do qual membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais

rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade é decorrente de fatores que lhe são exógenos, como o mercado de trabalho não-agrícola, ela é uma prática que depende das decisões dos indivíduos ou das famílias.

2 - Estas reflexões vêm fundamentalmente, do diálogo travado com esse autor, quando de sua defesa de dissertação de mestrado, de contatos posteriores e da leitura de algumas obras de Marx, particularmente MARX, Karl. E ENGELS, Friedrich A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1998, MARX, Karl. O Capital – crítica da Economia Política. Livro I, o processo de acumulação do capital (tomo II). São Paulo: Nova Cultural. 1985.

3 - Interessante discussão a respeito dos critérios utilizados pela OCDE, para definir rural e urbano, é travada por Blume (2004, p. 88) em que o autor, ao preparar as bases de aplicação de tais critérios ao Rio Grande do Sul, escreve: “A OCDE, preocupada em proporcionar um recorte diferenciado para o estudo do rural nos países membros, desenvolveu uma metodologia baseada em elementos territoriais para orientar um novo recorte normativo. Para operacionalizar a abordagem territorial foram utilizados como parâmetros indicadores demográficos. A partir do resultado desse recorte territorial, foram efetivadas as leituras para as dinâmicas territoriais urbano-rurais nestes países” (Blume, 2004, p. 87).

4 - Essa legislação encontra-se em discussão no Congresso Nacional com a intenção de repassar às prefeituras a cobrança do ITR, o que trará algumas modificações no quadro geral.

5 - Transitar indiferenciadamente quer dizer “desconhecer” propositadamente os limites das escalas da ação, tal a força dessa ação. Seria um pouco semelhante à distinção que Haesbaert (2005) procura fazer entre multiterritorialidade e múltiplos territórios.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, jan., 2000. (Texto para discussão n. 702). 31 p.

ABRAMOVAY, Ricardo. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 15, n. 43, p. 121-140, set-dez., 2001.

BLUME, Roni. **Território e ruralidade**: a desmistificação do fim do rural. 2004. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BOTELHO, Maurílio Lima. **A relação campo-cidade em O Capital de Marx: um estudo dialético**. 2005. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75. out., 1998.

GARCIA, Eduardo Henrique. Algumas considerações sobre a evolução recente do setor agroalimentar fluminense. In: CARNEIRO, Maria José et al (Org.). **Campo aberto, o rural no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998. p. 79-106.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. 2. ed. Campinas: UNICAMP/IE. 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. IX, 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. p. 1769-1777.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, X, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP/EGAL, 2005. 1 CD-ROM.

HARVEY, David. **Spaces of hope**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2000.

IANNI, Octavio. O mundo agrário. In: _____. **A era do globalismo**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1996.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LÉFÈBVRE, Henri. **La Production de l'espace**. Paris: Maspéro, 1986.

_____. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999a.

_____. **A cidade do capital.** Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur Rio de Janeiro: DP&A, 1999b.

_____. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LÉVY, Jacques. **Le tournant géographique, penser l'espace pour lire le monde.** Paris: Belin, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** Tradução de Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl. **O capital** – crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural. 1985. Livro I, o processo de acumulação do capital (tomo II)

MOREIRA, Roberto José. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neo-marxista. In: COSTA, Luiz F. C.; BRUNO, Regina; MOREIRA, Roberto J. **Mundo rural e tempo presente.** Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 239-266.

_____. Cultura, Política e o Mundo Rural na Contemporaneidade. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 20, p. 113-143, abr., 2003.

_____. Identidades sociais em territórios rurais fluminenses. In: MOREIRA, Roberto José (Org.). **Identidades sociais, ruralidades no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 65-88.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 15, n. 43, p. 185-206, set./dez., 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo. **A Agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

POULLE, François; GORGEU, Yves, **Essai sur l'urbanité rurale: cinq territoires ruraux, leurs sérments et leurs modes de gouvernement**. Paris: Syros, 1997.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. Considerações sobre o espaço fluminense: estrutura e transformações. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppe (Org.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, 2002.p.13-26.

RUA, João. Urbanidades e Novas Ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: Algumas Considerações Teóricas. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppe (Org.). **Estudos de geografia fluminense**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, 2002a. p. 27-42.

_____. Urbanização em Áreas Rurais no Estado do Rio de Janeiro. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Marta Foeppe (Org.). **Estudos de geografia fluminense**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, 2002b. p. 43-70.

_____. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, n. 2, ano 2, p. 45-66, 45-66, 2005.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

_____. **A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Território e sociedade**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SCHNEIDER, Sérgio. As transformações recentes da agricultura familiar no RS, o caso da agricultura em tempo parcial. **Revista FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 105-129,1995.

_____. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas.

Sociologias. Porto Alegre, v.11, p. 88-125. 2004.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SWYNGEDOUW, Erik. Neither. Global nor local. Glocalization” and the politics of scale. In: COX, Kevin R. **Spaces of globalization**. Reasserting the power of the local. New York: Guilford Press. 1997. p. 137-165.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v. 15, n. 43, p. 101-120, set./dez., 2001.

_____. A dimensão rural do Brasil. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 12, p. 71-94, abr., 2004.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. Baudel. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 20, p. 113-143, abr., 2003.

WHATMORE, Sarah. Hybrid geographies: rethinking the “human” in human geography. In: MASSEY, Doreen; ALLEN, John; SARRE, Philip (edited by). **Human geography today**. Cambridge/Oxford: Polity Press/Blackwell Publishers, 1999. p. 22-40.